

**MESA DA ASSEMBLEIA**

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

**SUMÁRIO**

- 1 – CONCURSO PÚBLICO**
- 2 – ATAS**
  - 2.1 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Plenário
  - 3.2 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ASSEMBLEIA CULTURAL**

**CONCURSO PÚBLICO****RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA SEGUNDA ETAPA APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS CONTRA A SOMA DE NOTAS****Cód. 219 – Contador**

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público torna público, para o certame citado em epígrafe, que, em virtude de erro material contido na publicação do *Diário do Legislativo* de 8/3/2024, foi retificado o resultado definitivo da segunda etapa após análise dos recursos contra soma de notas, o qual passa a ser o seguinte:

**Especialidade: Contador – 219**

Inscrição	Nome	2ª Etapa Prova Discursiva
262195	ACLA DHONES MENDES PRADO	110,00
209654	ADILSON PAULO DA SILVA	89,50
190354	ADNA PAULA SEVERINO ROSA	106,00
118258	ADRIANA DE SÁ	113,50
196522	ALEXANDRE COSTA DE ANDRADE	112,00
129409	ALMIR MOREIRA DOS SANTOS	119,00
137353	AMANDA JACINTO D AGOSTINI	117,50
170175	ANA CAROLINA GOMES ASSIS FARIA	114,00
160137	ANNE LUIZA SANTOS DE OLIVEIRA DE AZEVEDO	78,00
111427	ARIANA ORNELA VAZ	75,50
100177	ATENEDES RUI RAMOS	113,50
231147	BARBARA SANDIM DE CAMPOS	102,00
119609	BARBARA SIQUEIRA DA SILVA	104,50
100494	BRENA KARINE SANTOS	94,50
147547	BRUNA MAGALI HONORIA GONCALVES	109,00
117132	BRUNO BARBOSA SOARES (*)	105,00

227147	CAMILA RODRIGUES DE FRANÇA OLIVEIRA	80,50
127510	CAMYLLA CAROLYNA COTTA	93,50
104272	CARLOS ROBERTO NUNES GUIMARAES	107,00
111201	CÁSSIA CAMILA DO ESPÍRITO SANTO SILVA	89,50
103289	CINTIA CAMPOS SILVA	113,50
133802	CÍNTIA NETO DA SILVA	80,00
187427	CLAUDIA MAGDA SANTANA	114,50
197397	CRISTINA OTAVIANA DA CRUZ PÔSSAS	102,00
226229	DANIELA MARIA PACIFICO SILVA DE OLIVEIRA	94,00
152678	DIEGO EGÍDIO MOREIRA ANDRADE	117,50
244289	DIEGO LAUDRING SILVA	104,50
141693	EDNA RIBEIRO MAGALHAES	113,50
239666	ELIOMAR FERREIRA FERNANDES	110,00
200176	ÉRIKA GRASIELA FERREIRA	108,00
119048	FERNANDA PEREIRA BATISTA	101,00
110650	FERNANDO RODRIGUES DE CARVALHO	115,00
158974	FRANCIELE CRISTINA MAGALHÃES	103,50
157760	GRAZIELE ELIANA DA SILVA	108,00
140448	GUILHERME MOMMA RACY ABDALLA	118,00
104104	HENRIQUE FERREIRA ALVES MORAES	117,50
166382	HILDA APARECIDA DUARTE	113,50
204769	IAN VICTOR PRADO CASTILHO	90,00
224598	IGOR RAFAEL DE OLIVEIRA	107,50
180554	IVO XAVIER VOGEL METZKER	99,50
137634	JENNIFER CAMILA LIMA DE SOUZA	103,00
179886	JESSICA CAROLINA RODRIGUES SILVA FANTAUZZI	97,00
204295	JOÃO GABRIEL MELO ALVES	109,50
133630	JOSY BORGES OLIVEIRA	115,50
193516	JUCIMAR ALVES ANDRADE	82,00
113806	JULIA LOPES NOVAIS	111,50
132086	KAREN CAROLINE MARQUES DOS SANTOS	93,50
173843	LARISSA GUIMARÃES CASTRO	110,50
196247	LAUDIANA RODRIGUES DOS SANTOS	81,50
180385	LEONARDO DOS SANTOS PEGORETTI	109,50
171498	LIDIANE DOS REMÉDIOS DORNELAS DE MEDEIROS	107,00
200698	LUANA VOGEL METZKER	80,00
138855	LUCAS AQUINO OLIVEIRA	114,50
148059	LÚCIA MARIA DA SILVA ARAÚJO	92,00
151373	LUIZA HELENA SILVA VIDIGAL GONÇALVES	72,50
117951	MARCELA CRISTINA GOMES DE MELO SILVA	112,50
221708	MARCIO ALVES PEREIRA JUNIOR	114,00
227602	MARIA CLARA SGAMBATO LIMA	105,00
207302	MARIA DE LOURDES PINHEIRO	102,50
113787	MARINA MAGALHÃES DE SOUZA	101,00
168769	MATEUS SOARES GALINDO	112,00
203385	NATHÁLIA BELOTI SOARES KRAUSE	102,00

124238	OSMAR FERREIRA DA SILVA	86,00
154376	PATRÍCIA DE CÁSSIA CAMPOS	100,50
216320	PAULO CELSO ERNANI MADEIRA DA SILVA	105,00
126251	PEDRO VICTOR ALEXANDRE MONTEIRO	103,50
240703	RAFAEL AMARAL FREITAS	106,50
178304	RAQUEL ALVES DOS REIS	97,00
112837	REGINA DE SOUZA SILVA	110,00
198030	RENAN VIANNA LEAL	106,50
198966	RHENINNA WOLGA GONCALVES DE PINHO	82,50
101962	SAULO HENRIQUE SOUTO E SILVA	80,50
171180	SHAYENE PAIM PIMENTEL	99,50
107473	SIMONE PEREIRA DE ARAÚJO	104,00
173509	SOLANGE BORGES DE SOUZA	106,50
178167	SULA PAULA DA SILVEIRA COSTA	100,00
137568	TAYARA BERNABE PINHEIRO	115,50
189940	THAÍS ANDRADE LAGE DE FARIA	109,00
100351	THIAGO SOARES RIBEIRO	115,50
133069	VANESSA TAVARES MONTEIRO	101,50
193434	WANDERCY LUIZ DE MATOS	73,50
192571	WELLINGTON ALVES DOS SANTOS	75,00
123898	WILLIAN NEVES FERREIRA	112,50

(\*) *Sub judice*

**Especialidade: Contador – 219 – Candidatos com Deficiência – PCD**

Inscrição	Nome	2ª Etapa Prova Discursiva
211081	MARIA ELIZABETE PINHEIRO SILVA	75,00
205351	RICARDO ROCHA DO VALLE	75,00



ATAS

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 20/2/2024**

Às 15h40min, comparecem à reunião os deputados Dr. Maurício, Grego da Fundação e Doutor Paulo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dr. Maurício, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails*, através do Fale com as comissões, da Sra. Dilceia Maria Ferreira, denunciando que o Edital nº 2/2023, da Diretoria de Educação Escolar e Assistência Social da Polícia Militar do Estado limita vagas e discrimina os portadores de deficiência e requerendo providências da comissão; e dos Srs. Ivan Ferreira da Silva, denunciando que é portador de necessidades especiais concursado da Secretaria de Estado de Meio Ambiente com direito à redução de carga horária, mas que não está sendo cumprida a lei pela secretaria; e Maicon Bruno de Oliveira, denunciando que o Centro de Atenção Psicossocial de Muriaé utilizou uma expressão capacitista em sua comunicação oficial, motivo pelo qual requer providências da comissão; e ofícios, entregues à comissão, da Sra. Fabiana Cruzelina, denunciando a interrupção do benefício de prestação continuada a que faz jus e a ausência de solução do problema pela Justiça; e denunciando que recebeu ameaças de morte de seu pai. Comunica também o recebimento da seguinte correspondência,

publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais (um ofício em 12/1/2024) e da Secretaria de Estado de Fazenda (dois ofícios em 14/12/2023). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei n°s 948/2023, no 1º turno, 911/2023, em turno único, e 1.425/2023, em turno único (Doutor Paulo), 1.377/2023, no 1º turno (Enes Cândido), 1.862/2015, no 2º turno, e 1.380/2023, no 1º turno (Grego da Fundação). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei n°s 1.281 e 1.380/2023, ambos na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Grego da Fundação). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei n°s 911 e 1.425/2023 (relator: deputado Doutor Paulo), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei n°s 2.869/2021 e 1.355/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.994/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre as medidas relativas a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na sala de aula, como acompanhantes, aulas e turnos especiais, salas de aulas adaptadas, esclarecendo-se se os acompanhantes estão sendo disponibilizados atualmente para pessoas com deficiência no ensino público, o número de salas adaptadas que estão em atividade, o valor executado com política de inclusão de pessoas com deficiência na sala de aula no exercício de 2022, se o governo possui algum programa específico para ensino técnico para pessoas com deficiência, se existe um programa de auxílio para que pessoas com deficiência alcancem o ensino superior e se o governo possui o índice de pessoas com deficiência matriculadas nas escolas públicas e o índice das que concluem o ensino fundamental e o ensino médio;

nº 6.268/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para o reestabelecimento da Rede Hans no âmbito da estrutura da secretaria, pois a Resolução SES/MG nº 9.104, de 30 de outubro de 2023, configura-se como um retrocesso para o enfrentamento da hanseníase no Estado, tendo em vista que contribuirá para aprofundar a invisibilidade da endemia e levar ao enfraquecimento das políticas específicas e, por conseguinte, da Rede de Atenção à Saúde em Hanseníase no Estado;

nº 7.009/2024, do deputado Grego da Fundação, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater a acessibilidade nas relações de consumo;

nº 7.011/2024, do deputado Grego da Fundação, em que requer seja realizada audiência pública para debater o tema “A família como pilar importante do desenvolvimento das pessoas com síndrome de Down”, por ocasião do Dia Mundial da Síndrome de Down, celebrado em 21 de março.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2024.

Dr. Maurício, presidente – Doutor Paulo – Professor Wendel Mesquita.

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/2/2024**

Às 9h41min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 963/2023, no 1º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento da deputada Macaé Evaristo, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.088/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde (relatora: deputada Macaé Evaristo); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 234/2023 na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Macaé Evaristo); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 356/2023 na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Macaé Evaristo); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 571/2023 na forma do Substitutivo nº 3 (relatora: deputada Lohanna); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 586/2023 na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.474, 5.485, 5.498, 5.500 e 5.511/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.061/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre os procedimentos para o cadastro de cargos vagos nas escolas estaduais, especificando-se os procedimentos adotados para esse cadastro e a forma de os diretores das escolas comunicarem sobre a existência de vagas disponíveis e solicitarem sua abertura para preenchimento; a forma de obter informações sobre os prazos e critérios estabelecidos e a existência de requisitos específicos que as escolas devem cumprir ao solicitar a abertura de uma vaga; a forma de divulgação das vagas aos interessados e a existência de algum canal de comunicação ou plataforma *on-line* onde os candidatos possam consultá-las; a forma de monitoramento e acompanhamento dos cargos vagos e a existência, na secretaria, de mecanismos para garantir que as vagas sejam preenchidas de maneira eficiente, a fim de que não haja deficiência de pessoal nas unidades escolares;

nº 7.062/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a expectativa de convocação dos aprovados no concurso regido pelo Edital nº 7/2017, da Secretaria de Estado de Educação, especificando-se o número total de candidatos aprovados nesse concurso, discriminados por cargo; a expectativa em relação à convocação desses candidatos; a existência de previsão para novas convocações e contratações e, em caso afirmativo, em que prazo isso deve ocorrer; os critérios adotados para a convocação dos candidatos aprovados; a existência de cronograma para as convocações e de informação prévia aos candidatos sobre datas e procedimentos a serem seguidos para a nomeação e a posse; e a existência de canal de comunicação específico para esse fim;

nº 7.063/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do veto do governador do Estado ao art. 7º da Lei Complementar nº 173, de 2023, conforme a Mensagem nº 112, de 29/12/2023, negando o direito dos servidores da educação aposentados pelo RGPS de continuar com o direito à assistência médica, hospitalar e odontológica prestada pelo Ipsemg;

nº 7.077/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas em explicações sobre os critérios utilizados pelo governo a fim de promover uma hierarquização das escolas, definindo assim o nível de prioridade delas em relação ao atendimento de demandas como reparos e reformas, e na listagem

das escolas em situação mais crítica, motivo pelo qual são consideradas prioritárias em relação ao atendimento das demandas como reparo, construção e reformas;

nº 7.087/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a duração da análise do Plano de Desenvolvimento Individual – PDI – de alunos ingressantes no sistema estadual público de ensino e a contratação de profissional de apoio educacional especializado para estudantes que fazem jus a tal prerrogativa por possuírem transtorno do espectro autista – TEA – ou outros transtornos do neurodesenvolvimento, bem como sobre as estratégias adotadas para a garantia da inserção desses estudantes no espaço escolar até que o processo seja concluído, de forma a não prejudicar seu desenvolvimento e aprendizado;

nº 7.089/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja garantida a transparência e a publicidade no cronograma de pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – dos ex-servidores efetivados pela Lei Complementar nº 100, de 2007, que foram exonerados por decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876;

nº 7.090/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja garantido o direito à movimentação dos servidores lotados nos conservatórios estaduais de música, conforme as Leis nºs 7.109, de 1977, e 869, de 1952;

nº 7.095/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – pedido de providências para a inclusão do Município de Santana do Paraíso como local para aplicação da prova do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem –, visto que os adolescentes que residem nesse município têm deixado de participar do exame por causa da necessidade de deslocamento para outras cidades;

nº 7.102/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as políticas públicas em vigor atualmente no Estado que visam garantir a permanência estudantil nas escolas e universidades públicas estaduais; a implementação dessas políticas em termos de alocação de recursos, estruturação de programas e ações específicas; o orçamento destinado à permanência estudantil no Estado para o atual exercício fiscal; os critérios de elegibilidade e os procedimentos para os estudantes acessarem os benefícios relacionados à permanência estudantil; a existência de algum programa específico de assistência estudantil, como bolsas, auxílio-alimentação, auxílio-transporte ou auxílio-moradia, e a forma como os estudantes podem se inscrever nesses programas; e o acompanhamento e a avaliação realizados pelo governo do Estado para verificar a eficácia e o impacto das políticas de permanência estudantil;

nº 7.110/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais para conhecer a estrutura, bem como para verificar as demandas e condições de funcionamento da unidade;

nº 7.112/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da ampliação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Cefet-MG –, bem como o aproveitamento de sua estrutura, experiência e reconhecimento, para fins de instituição de uma universidade tecnológica do Estado;

nº 7.113/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para lançar a campanha salarial dos profissionais da educação básica da rede estadual de Minas Gerais do ano de 2024 e debater a importância de uma política de valorização salarial e da carreira da categoria;

nº 7.114/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o tema “Ciência no Parlamento”, como contribuição a ser apresentada na 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que tem como tema “Ciência, tecnologia e inovação para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido”;

nº 7.115/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ciência e democracia e apresentar os resultados do debate como contribuição na V Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que tem como tema “Ciência, tecnologia e inovação para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido”;

nº 7.116/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Prefeitura Municipal de Ponte Nova pedido de providências para o estabelecimento urgente nas escolas de uma política permanente de combate aos avanços das arboviroses dengue, chikungunya e zika, determinando-se a averiguação rotineira das instalações escolares e a eliminação de possíveis focos de contaminação e outras ameaças, como escorpiões e aranhas;

nº 7.119/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Carvalhos pedido de providências para que seja garantido aos professores da educação básica do município o cumprimento de 1/3 de jornada de atividades extraclasse, conforme determina o art. 1º da Lei Municipal nº 1.292, de 2017, principalmente no que se refere à opção do professor de cumprir as 4 horas semanais em local de livre escolha;

nº 7.136/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações consubstanciadas na cópia de decreto ou ato editado pelo governo em que se teria possibilitado a matrícula de crianças na rede pública estadual sem a comprovação da vacinação;

nº 7.138/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à ministra da Saúde pedido de informações sobre a obrigatoriedade de apresentação de cartão de vacina para matrícula em escola pública, esclarecendo-se se a desobrigação da apresentação do cartão configuraria descumprimento das normas sanitárias e de legislação relacionada ao tema e ao Programa Nacional de Imunizações – PNI;

nº 7.139/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral da República – PGR –, em Brasília (DF), pedido de providências para a apuração de eventual ilegalidade na conduta do governador do Estado na desobrigação da entrega de cartão de vacina para a matrícula de crianças e adolescentes nas escolas da rede pública estadual;

nº 7.146/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja retirado de pregão eletrônico o terreno de propriedade da Cemig localizado na Avenida Afonso Vaz de Mello, nº 1.936, no Barreiro, em Belo Horizonte, com vistas a se avaliar a possibilidade de construção de uma unidade do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG –, e para que o ativo supracitado seja incluído no escopo das negociações entre os governos federal e estadual, no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal;

nº 7.149/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a Escola Estadual Evandro Ávila, no Distrito de Rio das Mortes, Município de São João del-Rei, especificando se a escola está inserida no programa Mãos à Obra, o valor do investimento feito na instituição e a previsão de início das obras no local;

nº 7.171/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para proceder à adesão ao programa Pé de Meia, do governo federal, dentro do prazo estabelecido pelo MEC, com o objetivo de incentivar a permanência de jovens estudantes no ensino médio;

nº 7.182/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja garantida a transparência no processo de remoção dos servidores e a atualização do sistema para que os candidatos inscritos tenham acesso a todos os cargos disponíveis no momento da escolha de vagas;

nº 7.188/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da campanha salarial dos trabalhadores da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, que deflagraram greve no dia 15/2/2024, bem como a necessidade da abertura de diálogo e processo de negociação pelo Poder Executivo Municipal;

nº 7.190/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH – pedido de providências para a constituição de um grupo de trabalho envolvendo a PBH, o governo do Estado e o governo federal com vistas a elaborar um plano de trabalho para a futura instalação de uma unidade do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG – em Belo Horizonte; e para a promoção de consulta aos cidadãos, a lideranças políticas e comunitárias e a estudiosos do espaço urbano para a definição do local de instalação do futuro *campus* do IFMG;

nº 7.195/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as alterações estatutárias da Fapemig feitas pelo Decreto nº 48.715, de 2023, especialmente no que diz respeito à modificação da forma de composição do seu conselho curador, esclarecendo-se se houve estudo prévio sobre tal alteração, visto que compete ao referido conselho propor alterações no estatuto dessa fundação, conforme determina o inciso VI do art. 5º do Decreto nº 47.931, de 2020;

nº 7.196/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a forma e a previsão do pagamento da diferença do repasse dos créditos devidos à Fapemig relativos aos anos de 2019, 2020 e 2021, cujo valor foi inferior ao percentual determinado pelo art. 212 da Constituição do Estado, que corresponde ao mínimo de 1% da receita orçamentária corrente ordinária do Estado, a ser efetuado mensalmente, na proporção de 1/12, equivalente ao total previsto, para cada exercício fiscal do Estado;

nº 7.197/2024, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada audiência pública para apresentação e discussão dos resultados finais da pesquisa coletiva do Núcleo de Pesquisas sobre Condição e Formação Docente – Prodoc – sobre a condição docente de professoras e professores da rede estadual de educação;

nº 7.198/2024, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada audiência pública para apresentação e discussão dos resultados finais da pesquisa coletiva do Grupo de Pesquisas sobre Profissão Docente – Prodoc – com a temática “A condição docente de professores da rede estadual de educação de Minas Gerais – O que dizem as pesquisas?”;

nº 7.199/2024, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada audiência pública para a apresentação e discussão dos resultados finais da pesquisa “O estado do conhecimento sobre a condição docente de professoras/es da rede estadual de educação de Minas Gerais – informações gerais sobre o desenvolvimento da pesquisa”, do Núcleo de Pesquisa sobre Condição e Formação Docente – Prodoc;

nº 7.200/2024, das deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada audiência pública para apresentação e discussão dos resultados finais da pesquisa coletiva do Grupo de Pesquisas sobre Profissão Docente – Prodoc – com a temática “O estado do conhecimento sobre a condição docente de professoras e professores da rede estadual de educação de Minas Gerais: síntese dos resultados e das conclusões da pesquisa”.

Em seguida, são aprovados os seguintes relatórios de visita: à Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, realizada em 18/9/2023; à Ocupação do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, realizada em 2/10/2023; e à Fundação Ezequiel Dias – Funed –, realizada em 15/9/2023. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Macaé Evaristo – Lohanna.



**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/2/2024**

Às 10h7min, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados Tito Torres e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Luiz Miguel Soares e da empresa Educambie e Pomar BH, informando a ocorrência de crime ambiental na Escola Municipal Feliciano Alvez Diniz, no Município de Esmeraldas, com o corte de árvores por meio de anelamento e solicitando providências em relação ao suposto crime; e ofício da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro, encaminhando o relatório do seminário Áreas Úmidas do Triângulo Mineiro e convidando a comissão para aderir ao pacto pela proteção, conservação, restauração e uso sustentável das áreas úmidas do Triângulo Mineiro, que iniciará os trabalhos em março de 2024. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Prefeitura Municipal de Itabira (28/9/2023); da Fundação Estadual de Meio Ambiente (22/9/2023); da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (9, 17 e 22/11/2023; 12 e 17/1/2024); da Agência Nacional de Mineração – Regional Minas Gerais (25/10/2023); do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (24/1/2024); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (23/11/2023); e do Instituto Estadual de Florestas (17/1/2024). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais avocou a relatoria: Projetos de Lei nºs 3.319/2016 e 2.216/2020, ambos no 1º turno. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.742/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos socioambientais referentes ao processo de licenciamento do Projeto Longo Prazo para a continuidade das operações da mineradora Samarco nos Municípios de Mariana e Ouro Preto;

nº 6.745/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da criação do Monumento Natural da Pedra Grande, conforme propõe o Projeto de Lei nº 1.098/2023, para efetiva proteção desse relevante patrimônio ambiental e cultural localizado entre os Municípios de Itatiaiuçu, Igarapé, Brumadinho e Mateus Leme;

nº 6.747/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre a motivação para a operação de supressão e mutilação de árvores que ocorreu em dezembro de 2023, na Avenida Carlos Luz, próximo à Portaria 3 da Universidade Federal de Minas Gerais, considerando o contexto tão grave de emergência climática que o planeta enfrenta, esclarecendo-se se há relação entre essa operação e a realização do evento Stock Car, que será realizado em Belo Horizonte em 2024, se haverá supressão de árvores em razão desse evento e quantas serão suprimidas, com detalhamento de sua localização e dos critérios adotados para a supressão, bem como se há a previsão de reparação do impacto ambiental decorrente da remoção dessas árvores;

nº 6.753/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de providências para a fiscalização das estruturas da Mina de Fábrica Nova, da Vale S.A., no Distrito de Santa Rita Durão, em Mariana, que importam risco para a população local, tendo em vista informações contraditórias apresentadas pela empresa, entre setembro e novembro de 2023, quanto à estabilidade das pilhas de disposição de estereis Permanente I, Permanente II e União Vertente Santa Rita;

nº 6.796/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações acerca do Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres de Patos de Minas, especificando-se as razões que poderiam levar ao encerramento das atividades do centro; os esforços empreendidos para a continuidade de suas

operações; e as possíveis alternativas consideradas para manter a infraestrutura funcionando e garantir a continuidade do trabalho crucial que esse centro desempenha;

nº 6.797/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Educacional de Patos de Minas pedido de informações acerca do Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres de Patos de Minas, especificando as razões que poderiam levar ao encerramento das atividades do centro; os esforços que estão sendo empreendidos para a continuidade das suas operações; as possíveis alternativas consideradas para manter a infraestrutura funcionando e garantir a continuidade do trabalho crucial que desempenha;

nº 6.806/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente pedido de informações acerca dos pontos de logística reversa para resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos – REEE – no Estado, especificando-se a localização dos atuais pontos de recolhimento por logística reversa para REEE nos municípios, com lista detalhada dos locais onde já foram implementados, e a possibilidade de ampliação desses pontos de recolhimento, visando a inclusão de, pelo menos, um ponto de recolhimento de REEE em cada município;

nº 6.826/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao crime ambiental cometido no pátio da Escola Municipal Feliciano Alves Diniz, em Esmeraldas, por invasores ainda não identificados, no dia 17/12/2023, cujo ataque culminou no corte de quatro árvores por meio da técnica de anelamento;

nº 6.858/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas pedido de informações sobre a atual situação hídrica de Minas Gerais, especificando-se o volume das principais bacias e reservatórios e a previsão de captação de água até o final de 2024, tendo em vista a divulgação da elaboração do Plano Mineiro de Segurança Hídrica – PMSH –, previsto para ser finalizado no primeiro semestre deste ano, e esclarecendo-se se existe previsão de retomada do programa Carro-Pipa, política pública implementada com o objetivo de assegurar o fornecimento de água às regiões mais secas do Estado, e quais ações foram planejadas para atender os 35 mil agricultores familiares do Estado;

nº 6.884/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Prudente de Moraes para debater os impactos socioambientais decorrentes da atuação de empresas do setor minerário nesse local;

nº 6.885/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos socioambientais decorrentes da atuação de empresas do setor minerário no Município de Prudente de Moraes;

nº 6.899/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas pedido de informações sobre as ações previstas após a concessão da outorga de direito de uso de recursos hídricos à empresa Vale na Mina de Brucutu, em Barão de Cocais e São Gonçalo do Rio Abaixo, publicada no diário oficial do Poder Executivo de 31/1/2024, conforme atribuição estabelecida no art. 38 do Decreto nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, e no art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, abrangendo os Processos nºs 72416/2019 (Portaria nº 1100605/2024); 72415/2019 (Portaria nº 1100608/2024); e 72414/2019 (Portaria nº 1100612/2024);

nº 7.057/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos socioambientais do evento Stock Car para o Município de Belo Horizonte, previsto para ser realizado de 15 e 18 de agosto de 2024;

nº 7.068/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações sobre as medidas de proteção e gestão adotadas pelo IEF em relação à proteção da Serra do Elefante, localizada no Município de Mateus Leme; o *status* de conservação dessa serra; a existência de áreas protegidas ou unidades de conservação que abrangem essa região; as ações de fiscalização e monitoramento realizadas pelo IEF para coibir atividades ilegais

como desmatamento, caça predatória, ocupação irregular e outros crimes ambientais nessa serra; a existência de planos de manejo, projetos de recuperação ambiental ou outras iniciativas em andamento; o desenvolvimento pelo IEF de ações junto à comunidade e aos demais interessados para garantir a preservação dessa serra, como atividades de educação ambiental, capacitação de moradores e incentivo ao ecoturismo sustentável na região;

nº 7.183/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância do Projeto de Lei nº 4.004/2022, em tramitação nesta Casa, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração e a utilização da vegetação nativa do Cerrado e institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados e dá outras providências;

nº 7.185/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a preservação e a conservação da Serra do Elefante, localizada no Município de Mateus Leme;

nº 7.191/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações substanciadas em todos os processos de licenciamento ambiental na região da Serra do Botafogo, especificando-se as fases em que se encontram, os direitos minerários e a concessão de pesquisa nessa região, patrimônio ambiental, hídrico, cultural, histórico e paisagístico no Município de Ouro Preto;

nº 7.192/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao diretor regional da Agência Nacional de Mineração pedido de informações substanciadas em todos os processos de licenciamento ambiental na região da Serra do Botafogo, especificando-se as fases em que se encontram, os direitos minerários e a concessão de pesquisa nessa região, patrimônio ambiental, hídrico, cultural, histórico e paisagístico no Município de Ouro Preto;

nº 7.193/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Decreto nº 48.747, de 2023, em que o Estado regulamenta a caução ambiental prevista no art. 7º, I, “b”, da Política Estadual de Segurança de Barragens, instituída por meio da Lei Mar de Lama Nunca Mais (Lei nº 23.291, de 2019);

nº 7.194/2024, das deputadas Bella Gonçalves e Leninha, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Betim para debater a supressão indiscriminada de árvores na área de preservação ambiental do Parque Ecológico Chico Mendes, nesse município;

nº 7.204/2024, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada visita à Lagoa da Petrobrás, localizada nos Municípios de Ibituripe, Sarzedo e Betim, para acompanhamento das ações de limpeza do espelho d'água e do desassoreamento do lago, que vem sendo desenvolvidas no âmbito do projeto AquaSense, conduzido pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, em conjunto com a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e a Petrobras.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2024.

Tito Torres, presidente – Ione Pinheiro – Bella Gonçalves.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/2/2024**

Às 11h6min, comparecem à reunião os deputados Betão, Celinho Sintrocel e Delegado Christiano Xavier, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Prefeitura Municipal de Belo

Horizonte (dois em 12/1/2024); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um em 23/11/2023); da Secretaria de Estado de Governo (um em 30/11/2023); da Secretaria de Estado de Saúde (um em 7/12/2023); da Procuradoria da República no Estado (um em 12/1/2024); da Secretaria de Estado de Educação (um em 14/12/2023, um em 21/12/2023 e três em 12/1/2024); da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região (um em 15/12/2023 e um em 17/1/2024); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (11 ofícios em 12/1/2024 e 2 ofícios em 9/2/2024); da Companhia Energética de Minas Gerais (dois em 17/1/2024, um em 24/1/2023 e três em 31/1/2024); do Conselho Estadual de Assistência Social (um em 15/12/2024); e do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais (um em 16/2/2024). Comunica, também, o recebimento de mensagem do Sr. Ueslei de Abreu, enviado por meio do Fale com as Comissões em 16/2/2024, apresentando denuncia sobre as condições de trabalho oferecidas aos funcionários do Samal de Manhuaçu. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Registra-se a presença da deputada Nayara Rocha. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 606/2015 e 3.602 e 3.834/2022 (relator: deputado Delegado Christiano Xavier); e 842/2023 (relator: deputado Celinho Sintrocel). São aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, com as Emendas nº 1, votadas em separado, os Projetos de Lei nºs 3.876/2022 e 1.212/2023 (relator: deputado Betão). Submetidos a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.486/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.693/2023, do deputado Rodrigo Lopes, em que requer seja realizada audiência pública para debater o papel do poder público na política de cuidado e proteção da pessoa idosa, em celebração ao Outubro Prateado, mês de valorização da pessoa idosa;

nº 6.705/2023, do deputado Carlos Henrique, em que requer seja realizada audiência pública para debater a rescisão contratual dos expositores da feira do Mineirinho;

nº 6.772/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese – pela celebração dos 68 anos de sua fundação, dedicados ao apoio sindical em benefício da classe trabalhadora;

nº 6.815/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre as medidas adotadas pela empresa para prevenir e combater o assédio moral no ambiente de trabalho, especificando como a Cemig comunica aos funcionários seus direitos em relação ao assédio moral; a existência de programas educativos, *workshops* ou materiais informativos disponibilizados regularmente; as medidas proativas implementadas para prevenir o assédio moral no ambiente de trabalho; a existência de treinamentos regulares para funcionários e gestores sobre o tema; os canais formais e informais disponíveis para os funcionários denunciarem esses casos; e a forma como a Cemig assegura a confidencialidade e proteção para aqueles que relatam incidentes;

nº 6.829/2024, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait – pela luta em defesa dos direitos dos auditores fiscais do trabalho, em especial pela paralisação organizada em cerca de 20 estados, que tem por finalidade a reivindicação de melhores condições de trabalho e de cumprimento integral de acordos firmados em 2016 com o governo federal;

nº 6.830/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – pedido de providências para que as reivindicações dos auditores fiscais do trabalho, entre elas o cumprimento integral dos acordos firmados em 2016 com o governo federal, a regulamentação do bônus de eficiência e a oferta de infraestrutura para a realização do trabalho, sejam atendidas integralmente e em caráter emergencial, tendo em vista a relevância dos serviços prestados por essa categoria;

nº 6.835/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para que seja interrompido o processo de municipalização do hospital e do ambulatório localizados

em Ubá e de responsabilidade dessa rede, em decorrência da falta de comunicação e transparência junto aos servidores e demais membros da comunidade, que serão os principais impactados por essa medida;

nº 6.836/2024, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à comissão organizadora do Consciência Cristã pela presença e participação do palestrante norte-americano Douglas Wilson, liderança religiosa conhecida por relativizar o regime escravocrata nos Estados Unidos, defensor contumaz da ideia de que a Bíblia autoriza a escravidão e um dos maiores nomes no nacionalismo cristão, fenômeno conservador antidemocrático;

nº 6.842/2024, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater os 20 anos da chacina de Unai e fazer uma homenagem aos familiares das vítimas;

nº 6.911/2024, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais – SRTE-MG – pedido de providências para apurar possíveis irregularidades nas condições de trabalho dos trabalhadores da Expresso Gardênia, na região Sul de Minas, uma vez que foi denunciado que a empresa não vem cumprindo com as obrigações trabalhistas e tem utilizado veículos em condições precárias, que apresentam panes mecânicas constantes e colocam em risco a vida de milhares de passageiros e trabalhadores;

nº 6.932/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os desafios e perspectivas da inserção da população com transtorno do espectro autista – TEA – e demais transtornos do neurodesenvolvimento no mercado de trabalho, a ser realizada no mês de abril, em decorrência da celebração do mês de conscientização sobre o autismo;

nº 6.943/2024, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater a uberização e precarização do serviço doméstico, as condições laborais enfrentadas por diaristas e faxineiras, bem como a necessidade urgente da elaboração de um plano estadual de cuidado;

nº 6.944/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a existência de estudos ou projetos, em andamento ou em fase de planejamento, relativos à elaboração de um plano estadual de cuidados, nos moldes do Plano Nacional de Cuidados, destacando-se que essa política pública, liderada pelo governo federal, está em processo de planejamento por diversos municípios, e a obtenção dessas informações se reveste de grande relevância para o devido acompanhamento e participação do Poder Legislativo;

nº 7.094/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de alteração das normas do ICMS, especialmente no que diz respeito à emissão de notas fiscais em nome dos produtores rurais do Estado;

nº 7.144/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as datas das reuniões realizadas pelo Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, ao Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e à Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais – Comitrate –, instituído pelo Decreto nº 46.849, de 2015, no intervalo de janeiro de 2019 a dezembro de 2023, detalhando-se a quantidade de presentes, as respectivas instituições e representantes, os encaminhamentos e a previsão de encontros para o ano de 2024; e sobre a previsão de retorno da nova redação do decreto supracitado, que, conforme informações, está sendo redigido conjuntamente pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e pela Secretaria de Estado de Casa Civil, detalhando-se quais os atores envolvidos na elaboração da estrutura de composição e deliberação desse comitê;

nº 7.145/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Casa Civil pedido de informações sobre as datas das reuniões realizadas pelo Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, ao Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e à Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais – Comitrate –, instituído pelo Decreto nº 46.849, de 2015, no intervalo de janeiro de 2019 a dezembro de 2023, detalhando-se a quantidade de presentes, as respectivas instituições e representantes, os encaminhamentos e a previsão de encontros para o ano de 2024; e sobre a previsão de retorno da nova

redação do decreto supracitado, que, conforme informações, está sendo redigido conjuntamente pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e pela Secretaria de Estado de Casa Civil, detalhando-se quais os atores envolvidos na elaboração da estrutura de composição e deliberação desse comitê;

nº 7.205/2024, do deputado Cassio Soares, em que requer seja formulado voto de congratulações com o projeto Eu Amo Minha Quebrada pela atuação em ações assistenciais, culturais e educacionais no Morro do Papagaio, em Belo Horizonte;

nº 7.206/2024, do deputado Betão, em que requer seja ouvida nesta reunião a representante do Sindicato dos Trabalhadores da Rede Municipal de Belo Horizonte – SindRede.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, a requerimento do deputado Betão, destina esta fase da reunião para ouvir a Sra. Carolina Pasqualini, representante do SindRede. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2024.

Betão, presidente – Celinho do Sintrocel – Nayara Rocha.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/2/2024**

Às 15h13min, comparecem à reunião a deputada Nayara Rocha e os deputados Leonídio Bouças, Professor Cleiton e Rodrigo Lopes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento, por meio do “Fale com as Comissões”, em 16/2/2024, da Mensagem nº 108.869, da Sra. Iara Almeida Silva, solicitando revisão dos critérios de correção e do resultado final do último certame da ALMG, uma vez que a banca da Fumarc atua com falta de transparência e zelo na correção das provas e divulgação dos resultados; e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (4/8/2023); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (21/9/2023); da Secretaria de Estado de Governo (12/1/2024); da Companhia Energética de Minas Gerais (31/1/2024); e da Câmara Municipal de Juiz de Fora (24/1/2024). Registra-se a presença da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.712/2022 na forma do vencido no 1º turno (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); 250/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Rodrigo Lopes); 835/2023 (relator: deputado Rodrigo Lopes) na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Rodrigo Lopes), registrando-se o voto em branco da deputada Beatriz Cerqueira; 897/2023 na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Sargento Rodrigues), registrando-se o voto contrário da deputada Beatriz Cerqueira; e 929/2023 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Rodrigo Lopes); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 25/2023 (relator: deputado Rodrigo Lopes); e dos Projetos de Lei nºs 2.537/2021 na forma do Substitutivo nº 2; 3.794/2022 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 3.827/2022 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Leonídio Bouças); 4.073/2022 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Professor Cleiton); 544, 625 e 931/2023 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Leonídio Bouças), registrando-se o voto em branco da deputada Beatriz Cerqueira ao parecer do Projeto de Lei nº 625/2023; 1.282/2023 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); 1.306/2023 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Rodrigo Lopes); e 1.316/2023 na forma do

Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Roberto Andrade). Registra-se a presença do deputado Roberto Andrade a partir da apreciação do parecer do Projeto de Lei nº 4073/2022, bem como a presença do deputado Sargento Rodrigues na apreciação apenas do parecer do Projeto de Lei nº 897/2023 (apreciado em primeiro lugar, em virtude de requerimento de inversão de pauta aprovado pela comissão). O parecer do Projeto de Lei nº 4.028/2022, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelo relator, deputado Leonídio Bouças. Na fase de discussão dos pareceres do relator, deputado Professor Cleiton, no 1º turno, que concluem pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 242/2023 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 3.828/2022 na forma do Substitutivo nº 1, da mesma comissão, o presidente defere os pedidos de vista da deputada Beatriz Cerqueira, bem como o pedido de vista do deputado Professor Cleiton ao Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 416/2023 (relator: deputado Leonídio Bouças), pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. O Projeto de Lei nº 1.782/2023 é retirado de pauta, atendendo-se a requerimento da deputada Nayara Rocha, aprovado pela comissão, bem como o Projeto de Lei nº 445/2023, atendendo-se a requerimento do deputado Professor Cleiton. Registra-se a presença dos deputados Leleco Pimentel e Lucas Lasmar. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Estão presentes a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Leonídio Bouças, Roberto Andrade e Rodrigo Lopes. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.723, 6.733, 6.743, 6.744, 6.748, 6.749, 6.750, 6.751, 6.752, 6.759, 6.760/2023 e 6.791, 6.804, 6.809, 6.863, 6.880 e 6.917/2024.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.996/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas em relatório em que constem os seguintes dados: o número de profissionais especialistas e técnicos (Mads, Aneds e Aseds) atualmente lotados nos presídios, penitenciárias e unidades administrativas do Estado; o número de cargos vagos; a relação de unidades prisionais e penitenciárias que não possuem corpo técnico e especializado completo, a saber, com os referidos cargos preenchidos, em seu quadro de servidores; o número atualizado de agentes penitenciários e policiais penais efetivos lotados e em exercício nas unidades prisionais e penitenciárias do Estado; o número de agentes penitenciários e policiais penais exercendo funções em unidades administrativas e outros órgãos estatais fora das unidades prisionais ou penitenciárias; e a existência de previsão de realização de concurso público para esses cargos;

nº 7.005/2024: dos deputados Luizinho e Leonídio Bouças, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a formação de um conselho de gestão de conflitos, composto por representantes das empresas credenciadas de vistoria e da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito, a fim de solucionar os conflitos relacionados às condições impostas pelo Estado para o credenciamento de empresas para realização de identificação e vistoria veiculares;

nº 7.007/2024, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton, Luizinho e Leonídio Bouças, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para a apuração de eventual desídia da administração pública que teria ocasionado prejuízo às empresas credenciadas em vistoria e para que seja estabelecido um termo de ajustamento de conduta para que a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão realize com maior celeridade os procedimentos necessários;

nº 7.008/2024: da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton e Luizinho, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a verificação do motivo da não transferência integral dos serviços de vistoria às empresas credenciadas, tendo em vista que a Coordenadoria Estadual de Trânsito, o Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – e as circunscrições regionais de trânsito – Ciretrans – ainda realizam tais atividades, violando o Decreto nº 48.703, de 2023; da não distribuição equitativa da

demanda, o que ocasiona relevante prejuízo financeiro e econômico às empresas de vistoria, infringindo a isonomia e a transparência pública; e da não liberação das vistorias móveis às empresas de vistoria credenciadas, embora elas tenham adquirido equipamentos para isso, o que igualmente prejudica tais empresas financeira e economicamente; e para a liberação do acesso das empresas de vistoria à agenda de marcação, hoje gerida pelo serviço Agenda Minas, que, entre outras falhas, não disponibiliza o contato do usuário para reagendamento ou comunicação de possíveis transtornos;

nº 7.054/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater, sob a égide do princípio da transparência, inerente à administração pública, a execução do acordo entre o governo do Estado, o Ministério Público do Estado, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública do Estado e a Vale S.A., firmado no dia 4 de fevereiro de 2021, para reparação das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019;

nº 7.055/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a qualidade da prestação do serviço de abastecimento hídrico prestado pela Copasa no Município de Barra Longa;

nº 7.091/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a revisão da tarifa de pedágio na MG-491, que liga as cidades de Varginha e Três Corações, com a fixação de tarifas justas, uma vez que os preços atualmente praticados têm onerado sobremaneira os trabalhadores e residentes que trafegam nessa rodovia diariamente;

nº 7.092/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para a adoção de mecanismos de contato direto com os consumidores a fim de que sejam comunicados diretamente e com antecedência dos serviços de manutenção da rede que geram a interrupção do fornecimento de água;

nº 7.093/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis para garantir a prestação dos serviços entre o Ipsemg, o Hospital MedCenter e a Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio, de modo que sejam assegurados os atendimentos médico-hospitalares prestados pelos referidos hospitais aos servidores públicos estaduais beneficiários da assistência à saúde;

nº 7.111/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao centro odontológico do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – para se averiguarem as condições de atendimento odontológico, clínico e cirúrgico;

nº 7.189/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a regulamentação pelo Estado da caução ambiental prevista no art. 7º, I, “b”, da Política Estadual de Segurança de Barragens, instituída por meio da Lei Mar de Lama Nunca Mais (Lei nº 23.291, de 2019).

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de março de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidente.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/2/2024**

Às 9h45min, comparecem à reunião os deputados Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinho Lemos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão



presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater o andamento do projeto de pavimentação e recapeamento da BR-367 e sua manutenção, tendo em vista as precárias condições de trafegabilidade dessa rodovia. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Elane Luiz Alves, prefeita municipal de Berilo; Rosária Ribeiro da Rocha Costa, presidente da Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale Jequitinhonha; e Robelia Maria de Jesus Gomes, membro do Movimento Meninos do Bem de Jequitinhonha; e os Srs. João Paulo Oliveira da Silva, vereador da Câmara Municipal de Jequitinhonha; Kelvio Marcilio Silva Oliveira, vice-prefeito municipal de Araçuaí, representando o prefeito; Lidio Costa, do Movimento Filhos do Vale; Ademir Costa Gobira, prefeito municipal de Almenara; José Edmilson Vieira da Silva, presidente da Câmara Municipal de Berilo; Antonio Gabriel Oliveira dos Santos, superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit; Waldiney Celdimary Guimaraes Rocha, vice-prefeito municipal de Berilo; Fabiano Fernandes Silva Ribeiro, prefeito municipal de Itaobim; Dauro Barreto Melo Filho, prefeito municipal de Joáima; Milton Orlando Ferreira de Passos, vice-prefeito municipal de Francisco Badaró; Cristiano Rodrigues de Almeida, presidente da Câmara Municipal de Almenara; Danilo Marinho Lamêgo Borges, vereador da Câmara Municipal de Araçuaí; e Nilo Barbuda Souto, prefeito municipal de Jequitinhonha. A presidência, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e, a seguir, passa a palavra ao deputado Ricardo Campos, também autor do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de março de 2024.

Marquinho Lemos, presidente – Ricardo Campos – Leleco Pimentel.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/2/2024**

Às 16h17min, comparecem à reunião os deputados Cristiano Silveira, Dr. Maurício e Mauro Tramonte substituindo o deputado Carlos Henrique, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Thiago Araújo solicitando dessa comissão intervenção para garantir o direito básico de abastecimento e saneamento no Município de Conceição do Mato Dentro, tendo em vista a precarização dos serviços prestados no município. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.438/2021, no 2º turno, do qual designou relator o deputado Leleco Pimentel. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.330, 5.421/2023 e 5.503/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.997/2024, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja formulado voto de congratulações com Genivaldo Graciano Menezes – Janinho – pela eleição para presidente da Câmara Municipal de Serra do Salitre para o quarto ano da legislatura de 2021 a 2024.

nº 6.999/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Divinópolis pedido de informações acerca dos investimentos em infraestrutura urbana, especificamente relacionados ao projeto e orçamento da obra de drenagem na Rua Ibituruna, entre as Ruas Goiás e Minas Gerais, nesse município, consubstanciadas no projeto técnico detalhado da obra de drenagem

na Rua Ibituruna, especificando-se as intervenções a serem realizadas e os materiais a serem utilizados; e no orçamento estimado para a execução da referida obra, incluindo-se custos com mão de obra, materiais, equipamentos e demais despesas relacionadas.

nº 7.053/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH – pedido de providências para a recriação dos 236 cargos públicos efetivos de fiscal de controle urbanístico e ambiental extintos por meio do art. 14 da Lei Municipal nº 11.373, de 4 de julho de 2022, tendo em vista o relevante interesse público inerente à função desses profissionais, essenciais à segurança e ao bem-estar da população belo-horizontina.

nº 7.067/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Mateus Leme pedido de informações sobre quais foram as medidas adotadas por esse município, em conjunto com o órgão responsável pela gestão ambiental municipal, para implantar e administrar o Monumento Natural da Serra do Elefante; se existe no município um conselho consultivo desse monumento, conforme disposto no art. 1º, § 1º, do Decreto nº 146, de 2008, e, em caso positivo, qual a atual composição desse conselho; qual a atual extensão da zona de amortecimento desse monumento; se a construção do empreendimento Condomínio Ecológico da Serra do Elefante, realizada pela empresa Dez Empreendimentos, passou pela análise e aprovação prévia do referido conselho, encaminhando-se a esta Casa, em caso positivo, cópia do parecer ou da autorização de construção; quais ações de parceria com municípios, organizações não governamentais e outras instituições de caráter público ou privado foram realizadas pelo Município de Mateus Leme, visando a que o Monumento Natural da Serra do Elefante cumpra seus objetivos; se, em conformidade com o que estabelece o art. 5º do Decreto Municipal nº 146, de 2008, foram realizados os estudos para zoneamento ambiental do Monumento Natural da Serra do Elefante, fundamentado em plano de manejo, com a publicação da respectiva instrução normativa, estabelecendo o detalhamento das normas contidas no decreto, encaminhando-se a esta Casa, em caso positivo, cópia da referida instrução normativa; se o município autorizou a realização da obra denominada Condomínio Ecológico Serra do Elefante pela empresa Dez Empreendimentos, encaminhando-se a esta Casa, em caso positivo, cópia integral do processo de licenciamento ambiental; e se existe algum protocolo, por parte do Poder Executivo Municipal, para tombamento estadual do conjunto natural, arqueológico e paisagístico da Serra do Elefante.

nº 7.106/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, em Juatuba, pedido de informações sobre a regularidade do imóvel situado na Rua Doze, nº 935, Bairro Jardim Baviera, nesse município, para fins de abastecimento de água, em que se especifique se o imóvel está regularizado para o abastecimento de água; e, em caso negativo, sejam relacionadas as pendências que impedem a regularização, as medidas que devem ser adotadas para regularizar o imóvel, caso haja impedimentos, e os documentos e procedimentos necessários para regularizar a situação junto à Copasa.

nº 7.147/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer que seja realizada audiência pública para apresentação do livro *Ouro Preto e o futuro*, dos autores Ronaldo Guimarães Gouvêa e Marcos Fontoura de Oliveira, ilustrado por Marcelo Fontoura de Oliveira, que aborda a temática da mobilidade e acessibilidade urbana em cidades históricas.

nº 7.150/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências com vistas à manutenção da MGC-352, no trecho que liga os Municípios de Martinho Campos e Abaeté, dadas as péssimas condições da via.

nº 7.151/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências com vistas à manutenção da MGC-122, na região de Janaúba, dadas as más condições da via.

nº 7.213/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações a respeito das obras aprovadas e previstas para aplicação dos recursos financeiros do acordo

judicial para reparação dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Brumadinho, pagos pela Vale ao Estado de Minas Gerais.

nº 7.220/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – em Conceição do Mato Dentro pedido de providências para que seja garantido o funcionamento adequado e sem intermitências do abastecimento de água no município.

nº 7.241/2024, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Leninha, Lohanna; e dos deputados Ulysses Gomes, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, e Lucas Lasmar, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o fortalecimento e o apoio às ações municipais de assistência social por meio dos recursos do Fundo de Erradicação da Miséria.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2024.

Cristiano Silveira, presidente – Leleco Pimentel – Carlos Henrique – Rodrigo Lopes.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 27/2/2024**

Às 9h40min, comparece à reunião o deputado Arlen Santiago. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater, com a direção do Hospital São Lucas, ligado à Santa Casa de Belo Horizonte, a destituição do diretor clínico e do vice-diretor dessa entidade, de forma administrativa, pela referida instituição. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença da Sra. Walneia Cristina de Almeida Moreira, conselheira do Conselho Regional de Medicina, representando o presidente desse conselho; e os Srs. Francisco Eustáquio Valadares, vice-diretor do Hospital São Lucas; Carlos Henrique Diniz de Miranda, diretor clínico do Hospital São Lucas; Gabriel de Almeida Silva Júnior, vice-presidente da Associação Médica de Minas Gerais – AMMG; e Cristiano Túlio Maciel Albuquerque, representando o presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais – Sinmed-MG. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Registra-se a presença da deputada Lud Falcão e dos deputados Lucas Lasmar e Leleco Pimentel. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2024.

Arlen Santiago, presidente – Doutor Paulo – Bim da Ambulância.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 27/2/2024**

Às 15h4min, comparecem à reunião a deputada Maria Clara Marra e os deputados Thiago Cota, Celinho Sintrocel e Tito Torres (substituindo o deputado Charles Santos, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas

entre parênteses: ofícios da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (quatro ofícios em 17/12/2023; um ofício em 20/12/2023; e um ofício em 12/1/2024); do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (um ofício em 15/12/2023); e da Arteris S.A. (um ofício em 2/2/2024). A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Klaudio Souza, encaminhado pelo “Fale com as Comissões”, solicitando fiscalização do serviço de transporte coletivo do Município de Igarapé. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.328/2023, no 1º turno (deputado Charles Santos); 1.129/2023, no 1º turno (deputada Maria Clara Marra); e 1.293/2023, no 1º turno (deputado Thiago Cota). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 2.290/2015 (relator: deputado Thiago Cota). Registra-se a presença do deputado Charles Santos e a saída do deputado Tito Torres. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 1.129/2023 (relatora: deputada Maria Clara Marra). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.078/2022 (relator: deputado Thiago Cota) e 198 e 785/2023 (relator: deputado Celinho Sintrocel). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.631 a 5.633, 5.635, 5.638, 5.639, 5.642, 5.645 e 5.654/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.207/2024, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à unidade regional de Minas Gerais da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT –, à ANTT em Brasília e à Via 040, em Nova Lima, pedido de providências para que seja realizada a instalação de quebra-molas ou radares fixos no Km 675 da BR-040, na entrada que dá acesso ao Distrito de Hermilo Alves, Município de Carandaí;

nº 7.208/2024, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Via 040, em Nova Lima, e à unidade regional da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para a retirada, ou a autorização da retirada pela Prefeitura Municipal de Carandaí, de talude no Km 674 da BR-040, nesse município, tendo em vista que esse talude tem comprometido o espaço destinado ao embarque e desembarque de passageiros de ônibus, que atualmente necessitam parar na pista, causando risco de acidentes;

nº 7.273/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a melhoria das condições da Rodovia MG-424, especificando-se os planos e cronogramas para a recuperação e a melhoria das condições dessa rodovia; sobre as medidas que estão sendo adotadas para garantir a segurança dos usuários enquanto as obras de manutenção não são iniciadas ou concluídas; sobre a existência de algum plano específico para lidar com o intenso fluxo de caminhões na rodovia, considerando as fábricas de cimento localizadas ao longo dessa rodovia; e sobre a previsão para o início e a conclusão das obras de recuperação da rodovia;

nº 7.274/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as condições da Rodovia MG-354, especificando-se a avaliação atual por parte desse departamento sobre o estado da rodovia em termos de segurança e condições de trafegabilidade; os planos e cronogramas para a realização de obras de manutenção e recuperação dessa rodovia; a existência de medidas emergenciais implementadas para minimizar os riscos de acidentes enquanto as obras não são concluídas; a previsão para o início e término de

obras de reparo; e a forma como o DER-MG pretende garantir a segurança dos usuários durante o período de obras e após sua conclusão;

nº 7.280/2024, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. – EcoRodovias –, em Curvelo, pedido de providências para a implantação de redutores de velocidade na LMG-754, precisamente nos Kms 47 e 48, nas imediações do trevo do Município de Araçáí, com vistas a garantir a segurança dos condutores e pedestres que transitam na via;

nº 7.301/2024, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a manutenção de toda a Rodovia MG-154, que liga Ituiutaba a Capinópolis.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2024.

Celinho do Sintrocel, presidente – Charles Santos – Raul Belém.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 27/2/2024**

Às 15h36min, comparece à reunião o deputado Betão, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater a luta do direito humano à saúde pela perspectiva do Movimento de Conscientização Família UAI-MG e do Movimento em Defesa dos Direitos da Pessoa com Esclerose Lateral Amiotrófica – Movela – e, na oportunidade, entregar o diploma referente ao voto de congratulações formulado a estes movimentos. A seguir, comunica o recebimento das seguintes correspondências: *e-mail* do Sr. Nicolas Guimarães Diniz, encaminhando denúncia e solicitando requerimento ao Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais para o andamento da denúncia contra o enfermeiro e vereador de Belo Vale; e ofícios publicados no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: cinco da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (7/9 e 14/9, 20/10 e 7/12/2023); cinco da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (14/10, 10/11 e 15/11 e 15/12); três da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (7/9, 1/11 e 24/1/2023); três da Secretaria de Estado de Saúde (14/9, 15/11 e 22/11/2023); dois do Conselho Nacional de Justiça (17/11/2023); um da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (1º/11/2023); um do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (15/9/2023); um do Ministério Público de Minas Gerais (17/11/2023); um da Secretaria de Estado de Educação (14/9/2023); um da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas (9/11/2023); um da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (14/9/2023); um da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (14/9/2023); um da Prefeitura Municipal de Uberlândia (20/10/2023); um do Ministério dos Povos Indígenas (2/2/2024); um do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (2/2/2024); um da Secretaria de Estado de Governo (17/1/2024); um da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (24/1/2024); um da Prefeitura Municipal de Nova Lima (24/1/2024); e um do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2/2/2024). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência registra a presença das Sras. Jacqueline Casula Ribeiro Pereira, presidente do Instituto Rosely Casula; Mônica Pereira Dato Guarnieri, vice-presidente do Movela – Movimento em Defesa dos Direitos da Pessoa com ELA – Juiz de Fora; Marília Bonoto Marques, diretoria do Movimento em Defesa dos Direitos das Pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica; Cecília Aparecida do Carmo, idealizadora do Movimento Família UAI de Hipersonia Idiopática e Narcolepsia de Minas Gerais; Rafaela Aparecida Rodrigues de Moura, portadora de doença rara; Tamara Elisa Rocha Braga, fonoaudióloga e membro do Comitê Científico e do Conselho Administrativo da Associação Pró-Cura da ELA; e Lidiane

Rodrigues Rabelo, integrante da Família UAI de Hipersonia Idiopática e Narcolepsia, da Associação Brasileira de Narcolepsia e Hipersonia Idiopática e da Associação dos Direitos dos Sedianos; e o Sr. Lucas Vinícius Rodrigues, portador de doença rara. A presidência, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 2024.

Bella Gonçalves, presidenta.

### **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/2/2024**

Às 9h43min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira, Macaé Evaristo e Lohanna, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Magalhães. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância de uma política de valorização salarial e da carreira dos profissionais da educação básica da rede estadual de Minas Gerais, por ocasião do lançamento da campanha salarial da categoria do ano de 2024. A seguir, comunica o recebimento das seguintes correspondências, encaminhadas por meio do canal “Fale com as comissões”, que receberam os números de registro mencionados entre parênteses: das Sras. Alessandra Monzo dos Santos (107927); Daniele dos Santos (107058); Karina Letícia Júlio Pinto Barros (108391); Marcela Rodrigues Porto (107275); Maria de Fátima de Oliveira Almeida (106614); e Valéria de Melo Nunes Lopes (106891); e dos Srs. Agostinho Pereira da Mata Filho (107072); Alysson Amorim Mendes da Silveira (107201); Bruno de Souza Carvalho (108340); e Vando de Oliveira Brito (107439). A presidência acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como reladoras as deputadas mencionadas entre parênteses: Projetos de Lei nºs 530/2019, 836/2019 e 1.701/2023, no 1º turno; e 1.441/2023 e 1.442/2023, em turno único (deputada Beatriz Cerqueira); Projeto de Lei nº 1.600/2023, no 1º turno (deputada Lohanna); e Projeto de Lei nº 575/2015, no 1º turno (deputada Macaé Evaristo). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 526/2023 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Beatriz Cerqueira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.441/2023 com a Emenda nº 1, votada em separado (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); e 1.442/2023 com a Emenda nº 1, votada em separado (relatora: deputada Beatriz Cerqueira). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.665 a 5.697/2024. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.470/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.255/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a adesão do Estado ao programa federal Pé-de-Meia;

nº 7.257/2024, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública para debater supostas irregularidades no programa Trilhas de Futuro, do governo do Estado, bem como a adoção de critérios subjetivos para a escolha das vagas ofertadas;

nº 7.258/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao superintendente da Superintendência Regional de Ensino em Pouso Alegre pedido de informações consubstanciadas em cópia da íntegra do Processo Administrativo Punitivo – PAP – SEE/SRE-Pouso Alegre nº 3/2023 em desfavor do Colégio Técnico Endex – CNPJ/MF nº 22.952.940/0001-13, referente às irregularidades contratuais e descumprimento de cláusulas durante a execução dos contratos no âmbito do projeto Trilhas de Futuro;

nº 7.259/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a análise da viabilidade de abertura de turmas de 1º ano de ensino médio regular e de ensino médio técnico em tempo integral dos cursos de segurança do trabalho e logística na Escola Estadual Doutor Lucas Monteiro Machado;

nº 7.260/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre os investimentos e as políticas públicas em vigor na Secretaria de Estado de Educação – SEE – para promover a formação continuada dos professores, especificando quais foram os investimentos destinados à formação continuada de professores nos últimos três anos; quais programas e iniciativas estão sendo implementados para incentivar e facilitar o acesso dos professores à educação continuada, especialmente em níveis de pós-graduação; se existem políticas específicas para apoiar financeiramente os professores que desejam cursar mestrado e doutorado e, em caso afirmativo, quais são essas políticas e como os professores podem acessá-las; como a SEE está monitorando e avaliando a eficácia dos programas de formação continuada de professores em relação aos objetivos estabelecidos; quais são os principais desafios enfrentados pela SEE no que diz respeito à promoção da formação continuada dos professores e quais medidas estão sendo tomadas para superá-los;

nº 7.272/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de informações sobre os cortes de combustível realizados pelo governo do Estado e pela Uemg, indicando-se os motivos desses cortes, especialmente no que se refere aos veículos utilizados pela Uemg; o seu impacto nos serviços prestados pela universidade; as medidas adotadas para mitigar seus efeitos e garantir a continuidade das atividades essenciais da universidade; e os planos para regularizar o fornecimento de combustível para os veículos da Uemg e outras instituições afetadas, visando assegurar a normalidade das operações;

nº 7.275/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional de Ensino em Almenara e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a manutenção da oferta de atendimento às crianças do 1º ano do ensino fundamental na Escola Estadual José Joaquim Cabral, localizada em Santa Maria do Salto, promovendo alocação de recursos financeiros e humanos adequados para a escola; realização de uma avaliação detalhada das condições atuais da escola, identificando e resolvendo problemas que estejam afetando a oferta de atendimento, como infraestrutura precária, falta de recursos ou outras questões administrativas; e transparência na comunicação com a comunidade escolar, informando sobre quaisquer mudanças na oferta de atendimento e os planos para garantir a continuidade da educação das crianças do 1º ano;

nº 7.302/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, da deputada Macaé Evaristo, da deputada Lohanna, do deputado Betão e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a importância da adoção de ações pelo governo do Estado junto às escolas no combate a dengue, zika e chikungunya, como forma de proteção à saúde e à vida de estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar como um todo;

nº 7.323/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Guanhães pedido de providências para que recomponha imediatamente o quadro de professores de apoio da rede municipal de Guanhães, tendo em vista denúncias recebidas de falta desses profissionais no início do ano letivo de 2024;

nº 7.324/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para cobrar do governo do Estado o cronograma de nomeações de todos os candidatos aprovados no concurso regido pelo Edital SEE nº 7/2017.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra e agradece a presença dos seguintes convidados: das Sras. Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de

Minas Gerais – Sind-UTE/MG; Kênnya Kreppel Dias Duarte, subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, representando Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão; e Marilda de Abreu Araújo, presidenta da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – Fitee; e dos Srs. Diego Severino Rossi de Oliveira, economista e técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese – do Sind-UTE/MG; Jairo Nogueira Filho, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG; Roberto Franklin de Leão, secretário de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE –, representando Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, presidente da CNTE; e Rogério Correia, deputado federal da Câmara dos Deputados. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra aos deputados presentes para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Lohanna – Professor Cleiton.

#### **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/2/2024**

Às 10h7min, comparecem à reunião os deputados Gil Pereira, Bosco e Ricardo Campos, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.970/2024, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Ibiaí, para debater, com a Cemig, os motivos da constante falta de energia e de picos que ocorrem no município e as medidas que estão sendo adotadas para solucionar o problema;

nº 6.971/2024, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional pedido de providências para que as obras da barragem de Congonhas, entre os Municípios de Itacambira e Grão-Mogol, no Norte de Minas, sejam transferidas do Departamento Nacional de Obras contra as Secas – Dnocs – para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf;

nº 7.105/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao diretor da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – em Juatuba pedido de informações sobre a regularidade do imóvel situado na Rua Doze, nº 935, Bairro Jardim Baviera, nesse município, para fins de ligação de energia elétrica, especificando se o imóvel está regularizado para a ligação e as medidas que devem ser adotadas no caso de impedimento e os documentos e procedimentos necessários para regularizar a situação junto à Cemig;

nº 7.122/2024, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada visita à Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – para se conhecer o projeto do Centro de Genômica Aplicada às Mudanças Climáticas, uma *joint-venture* da Embrapa e da Unicamp, no qual cientistas têm descoberto espécies com supertolerância à seca;

nº 7.141/2024, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a utilização da macaúba, planta típica do semiárido e do Cerrado, como potencial combustível do futuro;



nº 7.362/2024, do deputado Tadeu Martins Leite, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre o quantitativo da capacidade de geração da pequena central hidrelétrica Machado Mineiro, no Rio Pardo, entre os municípios de Ninheira e Águas Vermelhas;

nº 7.363/2024, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Januária pedido de providências para que seja cumprida a obrigação contratual de iluminação das pontes sobre o Rio São Francisco, conforme resposta encaminhada pela Cemig a requerimento da comissão;

nº 7.364/2024, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a presença da Cemig, as constantes quedas de fornecimento de energia e os consequentes transtornos e prejuízos à população nos municípios das regiões Norte, Noroeste, Jequitinhonha e Mucuri, bem como os reinvestimentos que serão realizados com a construção de subestações;

nº 7.367/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo e ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre os investimentos do governo do Estado e da Cemig para o atendimento dos pedidos de extensão de rede de energia elétrica nas comunidades rurais, no âmbito dos programas estadual e federal, com vistas ao atendimento aos agricultores familiares, aos assentamentos, aos territórios quilombolas e às comunidades tradicionais de Minas Gerais;

nº 7.369/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, ao procurador-geral de justiça e à presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente pedido de informações sobre a mortalidade de peixes ocorrida no Rio das Velhas, conforme denúncias presentes em dezenas de vídeos divulgados por pescadores e colônias de pescadores, sendo a possível causa resíduos de mineração e despejo químico nas águas desse importante afluente do Rio São Francisco, ressaltando-se que houve registros do fato da Região Metropolitana de Belo Horizonte até Barra do Guaiçuí, no Município de Várzea da Palma, no período que antecedeu o Carnaval e ainda no dia 27/2/2023;

nº 7.371/2024, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a presença da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, de municípios e hospitais filantrópicos e da rede do Sistema Único de Saúde – SUS –, a regulamentação do art. 4º da Lei nº 24.398, de 2023, que autoriza a concessão de anistia às santas casas e aos hospitais filantrópicos das dívidas com a Cemig.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2024.

Gil Pereira, presidente – Gustavo Santana – Tito Torres – Bim da Ambulância.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/2/2024**

Às 15h14min, comparecem à reunião a deputada Marli Ribeiro e os deputados Raul Belém, Coronel Henrique e Dr. Maurício, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Raul Belém, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 2º turno, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.331/2021 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Dr. Maurício). A seguir, o presidente avoca a relatoria do Projeto de Lei nº 3.892/2022, no 2º turno, que, após discussão e votação, é

aprovado na forma do vencido no 1º turno. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.331/2023 (relatora: deputada Marli Ribeiro) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.363/2023 e 5.497/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.292/2024, do deputado Luizinho, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação atual da piscicultura na região do Lago de Furnas e a proposta de criação do Centro de Apoio ao Piscicultor do Sul de Minas Gerais;

nº 7.295/2024, do deputado Raul Belém, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pela criação da plataforma de *marketplace* *É do Campo*, uma ferramenta de venda *on-line* que está ajudando os produtores rurais mineiros a divulgarem os seus produtos na internet, diminuindo a distância entre o campo e o consumidor.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2024.

Raul Belém, presidente – Marli Ribeiro – Doutor Maurício – Coronel Henrique.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19 horas do dia 11 de março de 2024, destinada a homenagear os Conselhos Federal e Regional de Enfermagem pelos 50 anos de sua criação.

Palácio da Inconfidência, 8 de março de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2024, às 13h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública para a qual sejam convidados os secretários de Estado de Planejamento e Gestão e de Fazenda, debater a divulgação do percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração dos servidores, nos termos do art. 1º da Lei nº 24.260, de 2022, e discutir seu cumprimento.

Sala das Comissões, 8 de março de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire, Elismar Prado e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2024, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os procedimentos para acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário e implementação desse programa, promovido pelo governo federal.

Sala das Comissões, 8 de março de 2024.

Marquinho Lemos, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.436/2021****Comissão de Segurança Pública****Relatório**

De autoria do deputado Mauro Tramonte, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac –, com sede no Município de Betim, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 3.436/2021 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac –, com sede no Município de Betim, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública: a entidade comprovou que tem personalidade jurídica, que está em funcionamento há mais de um ano, que os cargos de sua direção não são remunerados e que seus diretores são pessoas idôneas.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade tem entre suas finalidades: aplicar em presídio próprio, denominado Centro de Reintegração Social, a metodologia Apac, para a recuperação e reintegração social de pessoas condenadas a pena privativa de liberdade; fomentar e desenvolver projetos e ações de assistência social, educacionais, culturais, de saúde, de valorização humana e terapia da realidade, voltados para os recuperandos e seus familiares, e para a aplicação integral do método Apac; realizar pesquisas com temas relacionados à Política Criminal e Execução Penal, estudos sociais e estatísticas de criminologia e do sistema penitenciário; e promover cursos e treinamentos, presenciais e a distância, que visem capacitar as pessoas condenadas a pena privativa de liberdade, empregados, voluntários, administradores, autoridades e todos os parceiros envolvidos nos projetos das Apacs.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Apac de Betim, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.436/2021, em turno único.

Sala das Comissões, 8 de março de 2024.

Eduardo Azevedo, relator.

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.746/2023**

#### **Comissão de Segurança Pública**

##### **Relatório**

De autoria do deputado Coronel Henrique, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Mineira dos Atiradores e Veteranos do Brasil – Amav Brasil –, com sede no Município de Viçosa, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

##### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 1.746/2023 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Mineira dos Atiradores e Veteranos do Brasil – Amav Brasil –, com sede no Município de Viçosa, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública: a entidade comprovou que tem personalidade jurídica, que está em funcionamento há mais de um ano, que os cargos de sua direção não são remunerados e que seus diretores são pessoas idôneas.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade tem entre suas finalidades: estreitar os vínculos e cultivar a camaradagem entre os ex-atiradores, ex-instrutores e aqueles que servem ou serviram nas unidades dos Tiros de Guerra do Estado, atuais integrantes dos Tiros de Guerra do Exército Brasileiro, além de amigos e simpatizantes das atividades realizadas pelos Tiros de Guerra; criar, desenvolver e organizar as atividades e eventos voltados para o atendimento das necessidades da comunidade mineira nas áreas social, cultural, esportiva, recreativa e assistencial; e atender gratuitamente pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, principalmente crianças e adolescentes e seus familiares.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Mineira dos Atiradores e Veteranos do Brasil – Amav Brasil –, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.746/2023, em turno único.

Sala das Comissões, 8 de março de 2024.

Eduardo Azevedo, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.780/2023****Comissão de Segurança Pública****Relatório**

De autoria do deputado Doutor Jean Freire, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública – Consep-BM –, com sede no Município de Brasília de Minas, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 1.780/2023 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública – Consep-BM –, com sede no Município de Brasília de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública: a entidade comprovou que tem personalidade jurídica, que está em funcionamento há mais de um ano, que os cargos de sua direção não são remunerados e que seus diretores são pessoas idôneas. Porém, apresentou a Emenda nº 1, com vistas a corrigir o nome da entidade, de acordo com a técnica legislativa.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade tem entre suas finalidades: canalizar as aspirações, prioridades e metas da comunidade local em relação ao policiamento ostensivo da respectiva fração da Polícia Militar; incentivar o bom relacionamento da comunidade, autoridades e lideranças locais com os componentes da segurança pública, com vistas ao desempenho profissional mais seguro e eficiente; propor aos superiores hierárquicos das respectivas corporações, sem caráter vinculativo, normas de controle, eficácia e eficiência das ações policiais desenvolvidas no município; propor modificação do contingente de pessoal e material das unidades policiais localizadas no município; e adotar medidas práticas e sociais na defesa da criança e do adolescente, inclusive com a criação de entidades específicas para crianças e adolescente em conflito com a lei.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Conselho Comunitário de Segurança Pública de Brasília de Minas, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.780/2023, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 8 de março de 2024.

Eduardo Azevedo, relator.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde à deputada Alessandra Diniz Portela Silveira, Matrícula nº 16.234, no período de 2 a 8 de março de 2024.

Palácio da Inconfidência, 8 de março de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente.

## TERMO DE CONTRATO Nº 6/2024

## Número no Siad: 9409721

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Supernova Serviços de Informação Ltda. Objeto: serviço de monitoramento diário de notícias (*clipping*). Vigência: 12 meses contados a partir da data de assinatura, inclusive, prorrogável na forma da lei. Licitação: Pregão Eletrônico nº 79/2023. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3.3.90.10.1.



## ASSEMBLEIA CULTURAL

## PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

## EDITAL Nº 3/2023 – PROJETO SEGUNDA MUSICAL

## RESULTADO – HABILITAÇÃO – PRÉ-RECURSO

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado da fase de habilitação referente ao processo seletivo do Projeto Segunda Musical, conforme previsto no Edital nº 3, de 26 de dezembro de 2023.

APRESENTAÇÕES INDIVIDUAIS	
INSCRITOS HABILITADOS	
PROTOCOLO	CANDIDATOS
108120	Polyana Lopes Ribeiro
108122	Luigi Gomes Brandão
108234	Bruna Garcia Vieira do Nascimento
108156	Gustavo Silva Ramos
108253	Renato Mendes Rosa
108278	Jéfrey Antônio de Andrade
108413	Leonardo Souza Amorim
108490	Nikollas Luigi Silva e Neves
108498	Henrique Daniel de Sousa
108515	Leonardo Fernando Santos Gonçalves
108527	Guilherme de Oliveira Cunha
108522	Pedro César Silva
108581	Roger Deboben Schena
108598	Gabriela Campolina Andrade
108601	William Matheus Corrêa Almeida
108787	Raquel Jota Quaresma
108790	Gabriela de Cássia Vieira dos Santos

108810	Álvaro Esteban Terroba	
<b>APRESENTAÇÕES EM GRUPO</b>		
<b>INSCRITOS HABILITADOS</b>		
<b>PROTOCOLO</b>	<b>CANDIDATOS</b>	
108201	Emília Pinheiro Carneiro Barros	
108202	Marcela Molica Silva Guimarães	
108232	Matheus Augusto Dias de Souza	
108254	Renato Mendes Rosa	
108279	Jéfrey Antônio de Andrade	
108354	Daniel Menezes Ludolf Tamietti	
108549	Mayra Lopes Eugênio	
108682	Barbara Augusta Brasil Nicolau	
108761	Gustavo Henrique Fernandes Santos (Duo)	
108799	Luiz Braz Franceschini Júnior	
108801	Janaína Marques Jardim (Candidato: João Pedro Jardim Brant)	
108829	Caroline dos Santos Peres	
108831	Gisele de Carvalho Fernandes	
108834	Natália Fonseca Pacheco	
<b>INSCRITOS NÃO HABILITADOS</b>		
<b>PROTOCOLO</b>	<b>CANDIDATOS</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
108103	Heber Henrique dos Reis	Candidato não indicou o nome do acompanhador.
108123	Luigi Gomes Brandão	Comprovante de matrícula do candidato Davi Avansini – declaração do professor tutor – não foi assinado.
108157	Gustavo Silva Ramos	Comprovantes de matrícula dos candidatos Talmer Oliveira e Júlia Rocha não foram apresentados.
108761	Gustavo Henrique Fernandes Santos	Comprovantes de matrícula dos candidatos Pedro Augusto Moreira Cirino, Gisele Margarida Severino Lopes, Rafael Carlos Atenagoras Valério Ribeiro não foram apresentados.
108812	Isadora de Souza Sodré	Comprovantes de matrícula dos candidatos Jefferson Assis de Souza e Rafael Silveira Figueiredo não foram apresentados.
108828	Caroline dos Santos Peres	Comprovante de matrícula do candidato Anderson Reis não foi apresentado.
<b>INSCRITOS ELIMINADOS</b>		
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Candidatos não apresentaram proposta dentro do prazo determinado no item 4.2, b, do Edital.		
<b>PROTOCOLO</b>	<b>CANDIDATOS</b>	
108187	Vitor Gontijo Frederico	
108239	Warley Henrique Dalmasio	
108248	Marcos de Oliveira Bassul	
108263	Otavio Figueiredo Becker	
108264	Josué de Paulo	
108266	Patrick Castro Rodrigues	
108290	Gedeão Ferreira dos Santos	
108331	Alessandro Luiz da Silva	
108416	Arthur Lopes de Paula	
108506	Yasmim Ferraz Salim da Silva	
108546	Edmundo Pinheiro Franca	
108592	Gustavo Henrique Fernandes Santos	
108605	Helen Isolani Marques	
108651	Alice Masin Emediato	
108704	Raquel Correa Benjamin	

108775	Mariana Correa de Oliveira
--------	----------------------------

Conforme expresso no edital em epígrafe, em especial no item 7.4, o candidato não habilitado poderá apresentar recurso em até três dias úteis contados a partir da data de publicação deste resultado. O prazo de apresentação de recurso vai de 11 a 13 de março de 2024. O candidato deve consultar o edital para mais orientações sobre como apresentar o recurso.

Belo Horizonte, 8 de março de 2024.